

PAISAGEM EM FEED: APORTES PARA UMA ABORDAGEM NARRATIVA DA EXPERIÊNCIA URBANA ONLINE

GIANLUCA PERSEU
DANIELE CARON

INTRODUÇÃO

A experiência da cidade é tal qual aquela de um texto: processos de escrita, rasura e apagamentos que se dão em escala cotidiana, seja por meio de práticas urbanas, seja através de discursividades que ecoam em mídias, hoje mais diversificadas do que nunca. É preciso atentar para como cada tecnologia de comunicação revoluciona as formas de perceber e de estar no mundo. Com a emergência da *Web 2.0* no início do século XXI, o meio *online*, que já vinha se constituindo desde o século passado, passa a conformar formas inéditas de acessar e atribuir sentido à paisagem. Presenciamos a transição de uma cultura de interação a uma de colaboração (DI FELICE, 2009) sustentada em boa medida pelas redes sociais *online*. Avaliar ou consultar uma localização no *Facebook*, discutir polêmicas e opinar no *Twitter*, postar fotos de viagens ou registrar o dia a dia no *Instagram* são ações encaradas, aqui, como maneiras de experimentar a paisagem por meio da *web*, de aplicativos e de algoritmos. E também de produzi-la e — por que não — reproduzi-la. Se a paisagem, na esteira de Berque (2013[2008]), se expressa na relação entre sujeito e meio; se, conforme Raffestin (2005) é um fenômeno de natureza dialética; se, evocando Di Felice (2009), é acessada por meio de diversas mídias, compreendidas como extensões técnicas dos sentidos, então os *feeds* das redes sociais e aplicativos *online* são aqui encarados como as próprias paisagens urbanas, configuradas de forma híbrida através das tecnologias de informação e comunicação, as TICs (Figura 1).

Não é de se ignorar, no entanto, que as TICs, próprias da virada pós-industrial que ocorreu na segunda metade do século XX (CASTELLS, 1996), além de possibilitar uma multiplicação da paisagem por meio de complexificações das formas de experiência e percepção, são consideradas, no rol de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Pierre Levy, como dispositivos de implementação e manutenção do poder neoliberal. Agenciam, dessa forma, os processos macropolíticos de subjetivação capitalística aos quais se referem Guattari e Rolnik (2010 [1986]), dizendo

VERSÃO DIGITAL



COMO CITAR:

PERSEU, G.; CARON, D.
Paisagem em FEED: aportes para uma abordagem narrativa da experiência urbana *online*. In: In: VERDUM, R. et al. (org.). *Paisagem: leituras, significados, transformações*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2021. v. 2, p. 258-270. doi: <https://doi.org/10.21826/9786587422>
114-15

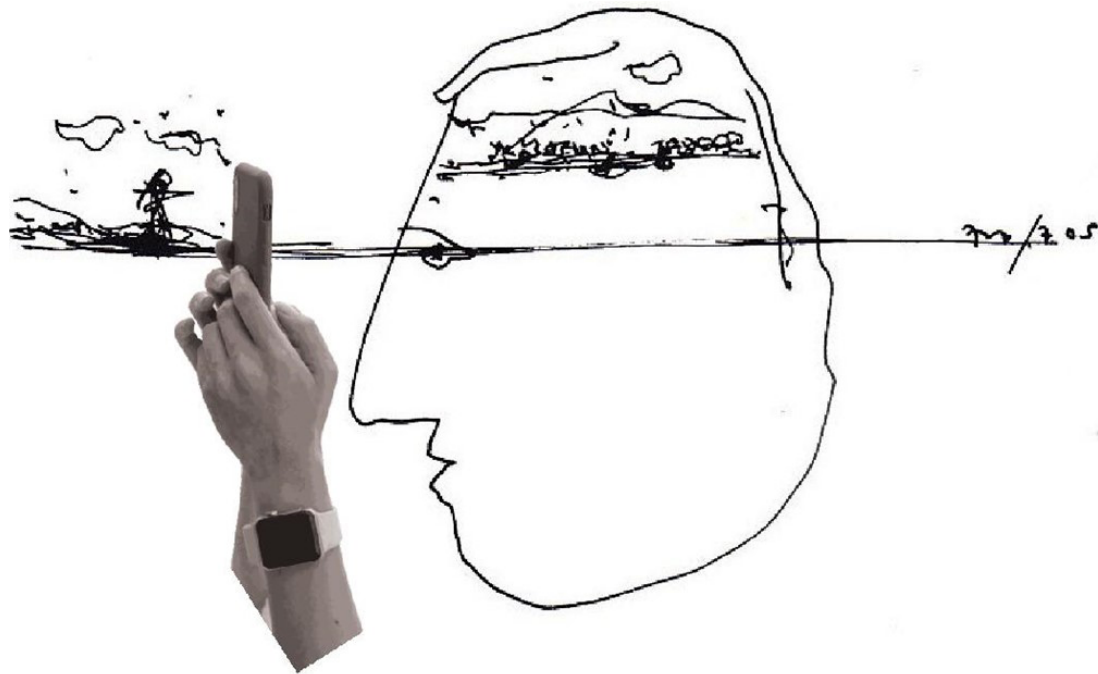


Figura 1 – Colagem a partir da ilustração de capa de Raffestin (2005) para explicar o conceito de paisagem como relação dialética entre sujeito e meio. Foi adicionada a figura dos braços segurando aparelho celular em alusão à mediação técnica de tal relação: uma paisagem híbrida.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Raffestin (ibid.).

da produção hegemônica de mentalidades e vontades produtivas em basicamente todos os aspectos da vida humana. No campo dos estudos urbanos, propomos levar essa discussão a cabo problematizando como vem se dando uma pasteurização dos modos de experimentar, narrar e construir o espaço das cidades. Está em curso um processo desigualitário de configuração da paisagem como fenômeno, no que diz respeito à sua constituição como marca (privilegiando a expressão de interesses dominantes na arena urbana) e como matriz de percepção (produzindo-se formas hegemônicas de percepção, em detrimento da heterogeneidade das subjetividades que participam do fenômeno). A capilarização do poder neoliberal se dá de forma a produzir desejo, e, mais do que isso, de aliciar uma economia coletiva do desejo, buscando converter a própria paisagem em objeto de consumo. Sintoma: a replicação do idêntico em cidades com histórias, culturas e contextos marcadamente diferentes mundo afora, bem como a conversão de populações em públicos-alvo, em nichos de mercado, cujas formas de existência na paisagem são modelizadas pelas lógicas de consumo (Figura 2).

O conjunto de estratégias de inserção de paisagens urbanas em um mercado global de imagens, ao qual se costuma denominar *City Marketing* (MUÑOZ, 2004), é operado, em grande parte, pelo papel das TICs em nossos cotidianos. Elas indicam os modos de produção de imagens (da própria cidade, de si, do outro etc.) com vistas a participar do modelo concorrencial e empresarial pretendido pelo neoliberalismo. Tal modelo, segundo Dardot e Laval (2018) não encontra, na atualidade, forças suficientes de contestação, se tratando de uma verdadeira hegemonia na produção de subjetividades em escala global. É preciso resistir a esse modo de consagração competitiva individual, ao qual os autores relacionam o acirramento das desigualdades sociais e a crise ambiental atual. É preciso, assim, discutir o digital para além do mercado, para além das novidades e dos *gadgets* que agenciam o desejo.



Figura 2 – Cidades diversas sendo inseridas em uma lógica concorrencial de consumo.

Fonte: Montagem elaborada pelos autores, a partir de <tinyurl.com/xem4fn94>. Último acesso em 14/04/2021.

Para discutir tecnologia de forma comprometida com os processos sociais, é preciso explorar o plano político que a questão engendra. Em um mundo marcadamente desigual, em que regimes de autorização configuram diferentes possibilidades de acesso e de visibilidade na paisagem, se torna urgente discutir o papel das tecnologias, especialmente as digitais, na instauração e manutenção de ordens policiais e, ulteriormente, de desigualdade social. Morozov (2019, p. 41) afirma que

Aí é que o “debate digital” nos leva ao equívoco: embora seja capaz de falar sobre ferramentas, mal consegue discorrer sobre os sistemas sociais, políticos e econômicos que são viabilizados ou inviabilizados, ampliados ou atenuados por essas mesmas ferramentas (MOROZOV, 2019, P.41)

Atravessados em grande parte pela espetacularização neoliberal das paisagens urbanas (JACQUES, 2008; 2015; MUÑOZ, 2004; ROLNIK, 2019), por uma crescente sensação de medo das/nas ruas e por avanços em mediações tecnológicas da experiência da paisagem (DI FELICE, 2009), os meios urbanos da atualidade são discutidos por uma miríade de autores e autoras com base em uma crise da experiência em sua dimensão coletiva. Guatelli (2012, p. 9) alude à recorrência de tal questão, afirmando que “há muito se fala da crise das nossas cidades, aí incluídos a arquitetura e o urbanismo, e não faltaram pesquisas, interpretações, diagnósticos e propostas de solução para os seus problemas”. Apesar do volume de discussões ao longo dos séculos XX e XXI, a distância entre planejamento urbano (pensado por poucos) e experiência de cidade (vivida por muitos) ainda aparece como importante questão a ser discutida, operada mais do que nunca por discursividades dominantes que banalizam e empobrecem a produção da urbe e dos espaços comuns.

O próprio planejamento urbano contemporâneo, agenciado pelos processos de subjetivação neoliberais, visibiliza e consagra certas narrativas em lugar de outras ao estabelecer padrões para que as paisagens dos múltiplos assentamentos humanos se vão homogeneizando e, por conseguinte, banalizando (Figura 3).

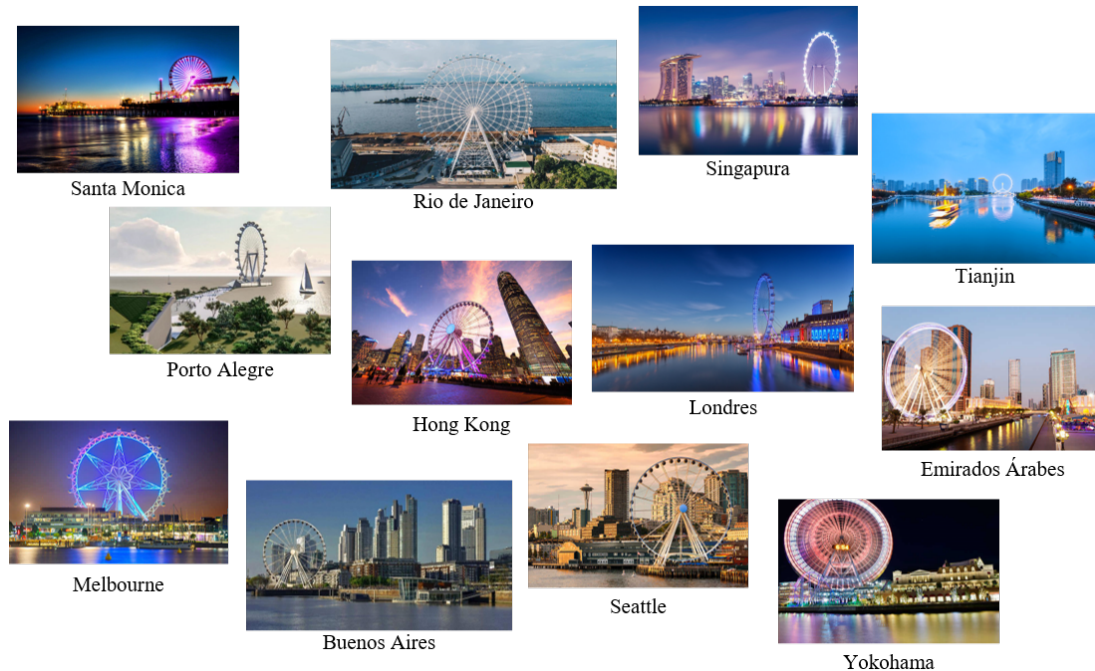


Figura 3 – Rodas gigantes como tipologias recorrentes em orlas urbanas ao redor do planeta.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de <tinyurl.com/2untus7b> e <tinyurl.com/y4hh8hfs>. Último acesso em 14/04/2021.

Faz-se necessário, outrossim, questionar os aparentes consensos que parecem imperar na constituição competitiva das imagens de cidades tão diferentes quanto São Paulo, Sidney e Los Angeles. Nossa proposta é de que essa desnaturalização pode se dar por meio de uma abordagem narrativa da paisagem. Arfuch (2018, p.57), discutindo justamente o papel epistemológico da narrativa em processos de investigação nas ciências sociais, a defende como uma “perspectiva teórico-metodológica que se presta tanto a estudos de literatura quanto a investigações de cunho social”. Defendemos que discutir o urbano a partir das subjetividades e dos processos de subjetivação — *online* e/ou *offline* — requer levar a cabo um ato de reconhecimento não apenas das dominâncias que modulam, homogeneizam e simplificam mentalidades e paisagens, mas de testemunhos da diferença e da multiplicidade, da invenção e das resistências que configuram (e que podem vir a configurar) outras formas de estar na cidade. Caron (2017) discute paisagem e narrativa como sistemas culturais de significação, compreendendo que ambas “se referem ao fenômeno intrínseco de superposição de elementos no espaço através do tempo, em uma ordem específica, que varia de acordo com o olhar do sujeito e suas valorações a respeito do mundo e seus feitos” (CARON, 2017, p.147)¹. Investigar a paisagem através da narrativa, dessa maneira, significa compreender a realidade a partir das experiências individuais e coletivas, dos conhecimentos localizados, dos testemunhos e denúncias que não se fariam visíveis de outra forma. É investigar o espaço através das práticas e enunciados que o configuram e disputam suas formas de significação.

A partir de tal cenário, exploramos experiência e narrativa como conceitos-chave para problematizar a banalização da produção de paisagens urbanas contemporâneas e para tensionar a dominante ideia moderna de método científico. Compreendemos a pertinência de tais constructos na desnaturalização de uma suposta imparcialidade/neutralidade do conhecimento e a ulterior aplicação de métodos

¹ “Se refieren al fenómeno intrínseco de superposición de elementos en el espacio a través del tiempo, en un orden específico, que varía de acuerdo con la mirada del sujeto y sus valoraciones al respecto del mundo y sus hechos.” Tradução dos autores.

pré-concebidos que se supõem replicáveis em qualquer situação. Refutamos, assim, a objetificação dos problemas urbanos, que se estabelece em detrimento de sua indissociabilidade da vida humana. Buscamos problematizar, também, a reprodução de soluções excludentes e voltadas a um indivíduo universal e inexistente, largamente presentes na história e teoria do urbanismo e do planejamento urbano.

Compreendendo a pertinência da paisagem na problematização política da desigualdade que se manifesta nos espaços sensíveis e intersubjetivos de vida, o presente trabalho pretende contribuir para a discussão da narrativa como perspectiva política para o estudo da realidade social, bem como para processos de escuta e visibilização de formas de existência para além das hegemônicas. Pretende-se, também, discutir como as tecnologias digitais agenciam a experiência e a produção de narrativas no século XXI, buscando enunciar aspectos para uma abordagem narrativa da paisagem contemporânea.

O trabalho está organizado de forma a, primeiramente, **(a)** discutir a narrativa como perspectiva política de estudo da paisagem. Em seguida, procuramos **(b)** problematizar o conceito de experiência, estabelecendo relações com paisagem e narrativa. Posteriormente, passamos a **(c)** versar acerca das possibilidades da experiência e da narratividade como instrumentos de estudo da paisagem em meio às urbanidades *online*. Por fim, buscamos **(d)** finalizar o trabalho, apontando questões que nos parecem férteis para estudos futuros.

INVESTIGAR POR NARRATIVAS: POR UM PLANO POLÍTICO DA PAISAGEM

Pensar cidades é tarefa árdua. Como colocam Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2000 [1987]), uma primeira dificuldade emerge para o pesquisador de ciências sociais na medida em que está, ele próprio, inserido no fenômeno, ou conjunto de fenômenos, a ser estudado. Torna-se necessário levar em conta o papel de quem pesquisa como agente cuja ação repercute na investigação e no conhecimento adquirido, em lugar de uma frustrada pretensão de objetificação imparcial (Figura 4). O mundo a ser desvelado depende não apenas do que “está lá fora”, mas também de quem o lê. Sob tal ponto de vista, problematizar a dimensão da experiência se torna indispensável para abordar o urbano a partir de sua complexidade e multiplicidade

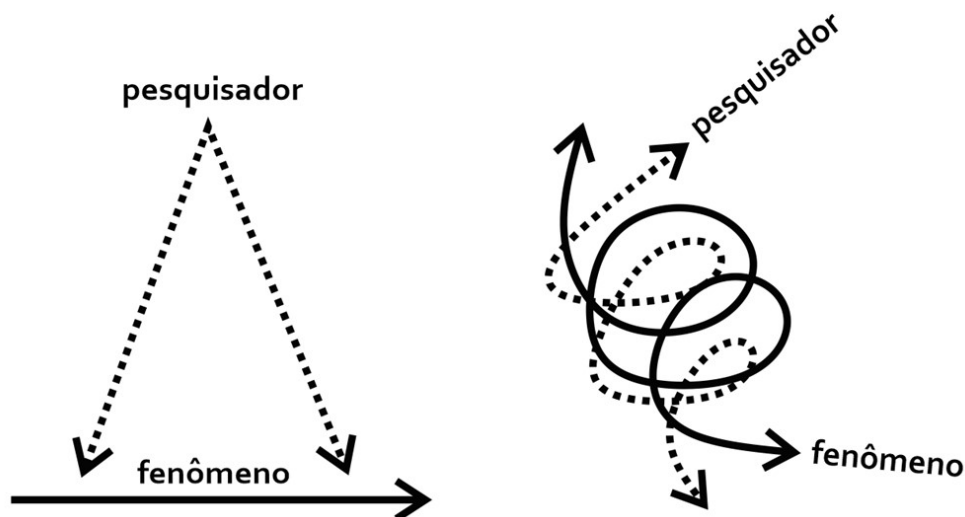


Figura 4 – Diagramas de relação entre pesquisador e fenômeno estudado. À esquerda, o fenômeno como objeto externo. À direita, o pesquisador como um participante cuja ação repercute no que está sendo observado.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Caron *et al.* (2019) apontam para a abordagem narrativa como forma de combater uma “onda de planejamento estratégico que inicia no Brasil a partir dos anos 1990” (p.1) e que acabou por qualificar uma série de projetos urbanos homogeneizadores que “se caracterizam pela culturalização, gentrificação, estetização, privatização, entre outros.” (ibid., p.1). Tal tendência, sob a égide da financeirização das cidades, acaba, segundo os autores, por qualificar um quadro de espetacularização da paisagem citadina, fenômeno contemporâneo também apontado por Muñoz (2004) e Rolnik (2019).

Cada vez mais recorrentes mundo afora são os projetos e obras de escritórios de arquitetura renomados. Localizações privilegiadas, como distritos renovados, orlas urbanas (convertidas em *waterfronts*) e marcos turísticos espetaculares, são produzidas em contraponto às paisagens da precariedade e do abandono (Figura 5). O interesse de mercado em inserir cada vez mais territórios dentro das lógicas competitivas da economia global tende a acentuar disparidades, segmentar espacialmente diferentes setores sociais e contribuir para a sensação de medo e insegurança relativas ao espaço público de diversas cidades.

Além disso, as próprias práticas urbanas des-re-territorializantes passam por um processo de achatamento na medida em que os sentidos da paisagem passam a ser produzidos de maneira embrutecedora (pelas autoridades, pela mídia, por grupos sociais dominantes etc.). A práxis social passa a ser configurada por compreensões homogeneizadas de onde se deve caminhar, correr, parar e permanecer. Em que lugares se deve esperar um *uber*, estar à noite sem preocupações, consumir ou admirar a vista. Quem se deve revistar e a quem se deve deixar passar. Quem merece o direito à moradia digna e a quem o acesso a infraestruturas básicas deve ser dificultado. As bordas sociais, ao contrário do senso comum, não estão expressas exclusivamente na relação binária centro-periferia, mas em diversas escalas e dimensões da vida coletiva, amalgamadas, por exemplo, pela replicação de condomínios fechados pelos territórios, pela relegação das populações de rua aos centros urbanos, por processos não-participativos de planejamento e pela própria configuração das bolhas de redes sociais *online*.

A partir de tal cenário, trazemos a narrativa como uma perspectiva para lidar com a diferença que constitui a dimensão pública das nossas cidades. É justamente a partir de diferentes colocados em relação que pode haver a política e o vislumbre de novas formas de pertencimento, de coparticipação.



Figura 5 – Paisagens da precariedade em diversas cidades do mundo.

Fonte: Montagem elaborada pelos autores, a partir de <tinyurl.com/9578cacj> e <tinyurl.com/ytfckjpy>. Último acesso em 14/04/2021.

Ribeiro (2017, p.87) apresenta a noção de lugar de fala, ou de *locus* social, argumentando que “existe nesse espaço [social] uma disputa de narrativas, mas ainda aquém do ideal por conta das barreiras institucionais que impedem o acesso de vozes dissonantes”. Sendo a narrativa uma perspectiva de transmissão da experiência que dá a ver modos de perceber e compreender a realidade, pode ela instrumentalizar o questionamento de discursividades dominantes em meio às inúmeras forças contemporâneas de achatamento subjetivo. O pressuposto político da narrativa é de que, através dessa perspectiva, se pode entrar em contato com experiências outras e com a posição social do diferente. Com a narrativa, se pode mapear diversas discursividades que constituem nossas cidades como um emaranhado de diferentes histórias e formas de vida. Uma cidade de diferenças.

Nessa linha de pensamento, Arfuch (2018, p. 19) chama atenção para uma “[...] convivência aparentemente sem conflitos de expressões multifacetadas [...]” nas investigações descritivas da experiência que surgiram na sociedade e nas ciências sociais dos anos 1980. Superar o descritivo é, dessa forma, uma chave para problematizar e investigar fenômenos sociais que nos atravessam e constituem na atualidade. Abordar a paisagem a partir de uma lógica narrativa se dá, portanto, como um modo de ampliar os estudos urbanos na direção da complexidade contemporânea, acolhendo aquilo que não possui representatividade na universalidade pretendida por tantos planos e projetos de cidade. Nos permite mergulhar nas histórias que engendram a paisagem, reparando naquilo que permanece oculto pelas ações da produção urbana hegemônica. Sobre o reconhecimento de hegemonias, Ribeiro (*ibid.*, p.90) discorre que “[...] ser contra hegemônica, ainda é ter como norte aquilo que me impõe”, indicando que, ao problematizar discursividades dominantes, se acaba reiterando sua posição de poder. Contudo, argumenta que os discursos subalternizados oriundos de “outros referenciais e geografias” (*ibid.*, p.90), emergem como vetores de mudança, mesmo que partam do reconhecimento de regimes vigentes de autorização.

Como colocam Guattari e Rolnik (2010[1986]), a subjetividade, tal como foi recebida, deve ser reapropriada de maneira a proporcionar processos de singularização: de questionamento, de mudança. Se, como colocam os autores, a subjetividade é produzida de forma massiva pelo neoliberalismo, investigar as lógicas e fenômenos oriundos dessa produção é um passo no caminho para inventar formas singulares de *estar na e produzir a* cidade. Formas de autonomia e emancipação.

A narrativa é um instrumento político de pesquisa na medida em que se trata de uma epistemologia não apaziguadora do conflito: busca investigar diferentes formas de experiência dispostas lado a lado, não estando comprometida com o manutenção de ordem alguma.

A EXPERIÊNCIA COMO QUESTÃO

Larrosa (*ibid.*) discute que a experiência se encontra entre a vida humana e o conhecimento. O autor propõe que somos, enquanto sujeitos, territórios de passagem da experiência: por ela marcados, tocados, transformados. A ela receptivos, afetivos, abertos. “É incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre.” (*ibid.*, p.26). O sujeito da experiência não faz a experiência, é por ela feito e refeito. E, porque a recebeu, e dela padeceu, passou pelo processo próprio de tornar-se, de devir sujeito. Instaurou-se em sua própria transformação. Assim, o que discutimos aqui é uma noção de experiência não replicável, não comparável e não programável. Se a experiência transforma, ela por outro lado não se repete. É da ordem do acontecimento.

Deleuze e Guattari (2010[1992]) apontam para a concepção simultânea, a partir da experiência, do objeto (dado sensível) e do sujeito (aquele que ultrapassa a si mesmo no ato de experimentar); e do tempo e do espaço, não se tratando de categorias *a priori*. Postulamos, assim, e compreendendo a experiência como algo que se dá antes de qualquer juízo, de qualquer reflexão, que a cidade seja instaurada, também, *na* e *pela* experiência. Por suas ultrapassagens em direção a si. Que os territórios urbanos sejam e se tornem em si mesmos, dentro de um devir-território. Se discutimos que a experiência se dá de forma cada vez mais rarefeita, convém arriscar que é no próprio devir-território, na própria imbricação dos seres na paisagem que se constitui a tragédia contemporânea do não-comum. A paisagem é concebida como algo fora do sujeito desde que se instaurou a cultura urbana e o êxodo rural, posição à qual Berque (2010) denomina de *paradigma clássico ocidental*. A cisão contemporânea entre sujeito e meio no fenômeno da paisagem se intensifica e é ainda mais perversa: com o neoliberalismo e as sociedades de controle foucaultianas, se diluem os laços de solidariedade, as coletividades, as articulações de corpos em assembleia. Só sobra o indivíduo como ficção autoritária, como potência de conquista e interessado por um desempenho ilimitado.

Através da narratividade, da possibilidade de transmissão e expressão da experiência no espaço, as paisagens são configuradas e refiguradas e podem ser acessadas discursivamente pela coletividade. Se falamos de experiência e narrativa como ferramentas políticas de pesquisa, ademais, falamos da possibilidade de resistência e de visibilização de resistência através das próprias práticas de pesquisa. A política, enquanto ato de esburacamento de bordas instauradas, enquanto vislumbre de pertencimento de quem não faz parte de determinados mundos sociais, se dá na dimensão da paisagem na medida em que se configura na ordem do sensível. Encaramos o narrar como forma de fazer ressoar as múltiplas e contraditórias práticas e sentidos da paisagem. De dar forma aos tremores desses conflitos. Paisagem e narrativa são conceitos necessariamente vinculados à experiência vivida, já que as paisagens não são simplesmente memórias de histórias, mas sim precisamente existem em função dessas histórias. Através da paisagem, a dimensão temporal da narrativa se torna visível, e o espaço se carrega dos movimentos do tempo, do enredo e da história, e a eles responde. Afirmar que a experiência contemporânea passa por um declínio é afirmar que também o fazem a paisagem e a narrativa.

Seguir a experiência urbana do ciberespaço significa reconhecer as mídias digitais não como meras representações da realidade, mas como formas híbridas de experimentar e de comunicar o mundo em que vivemos. É reconhecer nos *feeds* de aplicativos a própria paisagem, sujeita a forças massivas de subjetivação e, mesmo assim, sendo inventada e reinventada a cada dia. Se há dominâncias, se há formas homogeneizadas de construir, estar e narrar a paisagem, há também a possibilidade de outras escritas, modos de endereçamento e configurações do social. Se há hegemonias no ciberespaço, como aquelas praticadas por instituições e autoridades, há também inúmeros processos de contestação e desnaturalização narrativa do *status quo*. A singularização é possível nos *feeds*.

Ribeiro (2017) chama atenção para o fato de que, por mais que haja diversas lutas a travar e limites institucionais, não se pode negar que houve diversas conquistas na visibilização de outras formas de existência até mesmo na *internet*. No ciberespaço, tal como nas ruas que percorremos com os pés, se chocam o macro e o micropoder. Coexistem a ordem imposta e as possibilidades de sua denúncia, como na situação ilustrada na figura 6, em que, por meio da visibilização da questão no espaço público e sua posterior visibilização na *internet*, os dizeres “tanta gente sem casa, tanta casa sem gente” passaram a ecoar experiências desiguais de direito à cidade nas ruas de cidades Brasil afora.



Figura 6 – Montagem de escrituras urbanas Brasil afora, em denúncia do direito à moradia digna.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de <<https://tinyurl.com/8e8u98wm>>, último acesso em 14/04/2021.

CIDADE POSTADA: NARRATIVAS NOS DIAS DE HOJE

Post: Sufixo que está em “posterior”, “posteridade”, “póstumo”. Mas também em “postar”, “postal” e em “pôster”. Depois, atrás, detrás. De que? Se enfrentamos uma crise na experiência das cidades, assim como em sua dimensão narrativa; e se essa crise está ligada às ações do poder neoliberal (JACQUES, 2008; 2018; DI FELICE, 2009; MUÑOZ, 2004; ROLNIK, 2019) e à mediação da vida e da paisagem pela *web* (DI FELICE, 2009), seria a cidade postada uma cidade póstuma?

Em “O Narrador”, texto há muito considerado canônico, Benjamin (ibid., p.197) afirma que “[...] a arte de narrar está em vias de extinção”, o que estaria relacionado à conclusão de que “[...] as ações da experiência estão em baixa” (ibid., p.198). Assim, o autor relaciona a tragédia da guerra e a emergente realidade fabril de meados do século XX a um enfraquecimento na transmissibilidade da experiência por meio da narrativa. Não apenas a realidade bélica dá origem a experiências sobre as quais não se quer falar, mas também não há uma perspectiva de escuta de tamanhas atrocidades. Narra:

Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos se encontrou ao ar livre numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano. (BENJAMIN, 1994 [1936], p. 198)

Larrosa (2017[2014]), mais recentemente, discute a impossibilidade da experiência como um fenômeno relacionado, também, ao papel preponderante da informação, que seria “quase uma antiexperiência” (p.23). A quantidade de informação que nos é apresentada diariamente, argumenta, é excessiva e sempre acompanhada de explicações. São minadas, assim, as possibilidades de sermos afetados pelas coisas. Ainda de acordo com Larrosa (ibid.), também contribuem para a crescente dificuldade de que algo nos aconteça: uma dilatação da necessidade de opinar, uma excessividade de trabalho e uma constante falta de tempo que acabam por nos castrar da possibilidade de atravessamentos, experiências e devires.

Discutir a narrativa como episteme da experiência na atualidade requer uma reflexão sobre a dimensão temporal aí implícita, encarando as dilatações e achatamentos do tempo percebido e comunicado como movimentos configuradores da paisagem contemporânea. Ricoeur (1994[1983]) constrói uma importante relação entre experiência e narrativa ao discutir que “[...] existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural” (p.85). Perseu e Caron (2019, p.5) discutem que “[...] narrar seja trazer ao presente tempos outros, articulados pelas capacidades criativas da memória e da imaginação”, remetendo à proposição de Ricoeur (op. cit.) de que o tempo do relato é um tempo misto, no qual se encontram o tempo cronológico, ou físico, e o tempo psíquico, ou expandido, agostinianos.

Compreendendo as tecnologias da informação e comunicação como instrumentais de controle neoliberal, o transpasse da figuração ricoeuriana para a problemática da narratividade *online* nos parece apontar para o controle da dimensão psíquica do tempo pelo capital. Isso se dá na medida em que as mentalidades neoliberais passam a ser produzidas de forma a interpretar e valorizar o tempo de forma não-linear, incerta, fragmentada e a curto prazo (SARAIVA & VEIGA-NETO, 2009). O sujeito torna-se, assim, um empreendedor de si, em um panorama de competitividade que o individualiza e que presentifica o tempo sob uma lógica empresarial de interminável verificação de metas (ibid.). O tempo cronológico, por sua vez, aparece como um sintoma dessas forças: cada vez mais preenchido, rarefeito, desgastante, alienante e valioso. Tal cenário reafirma a colocação de Benjamin (1994[1936]) de que a informação e seu excesso levam ao declínio da narratividade: das formas de comunicar o que nos acontece e das possibilidades de escuta à experiência do outro. Constitui-se, assim, um verdadeiro gênero narrativo do idêntico, próprio das redes sociais *online*, em que os narradores produzem espaços sem pessoas ou, em contrapartida, se produzem como figuras solitárias (Figura 7).

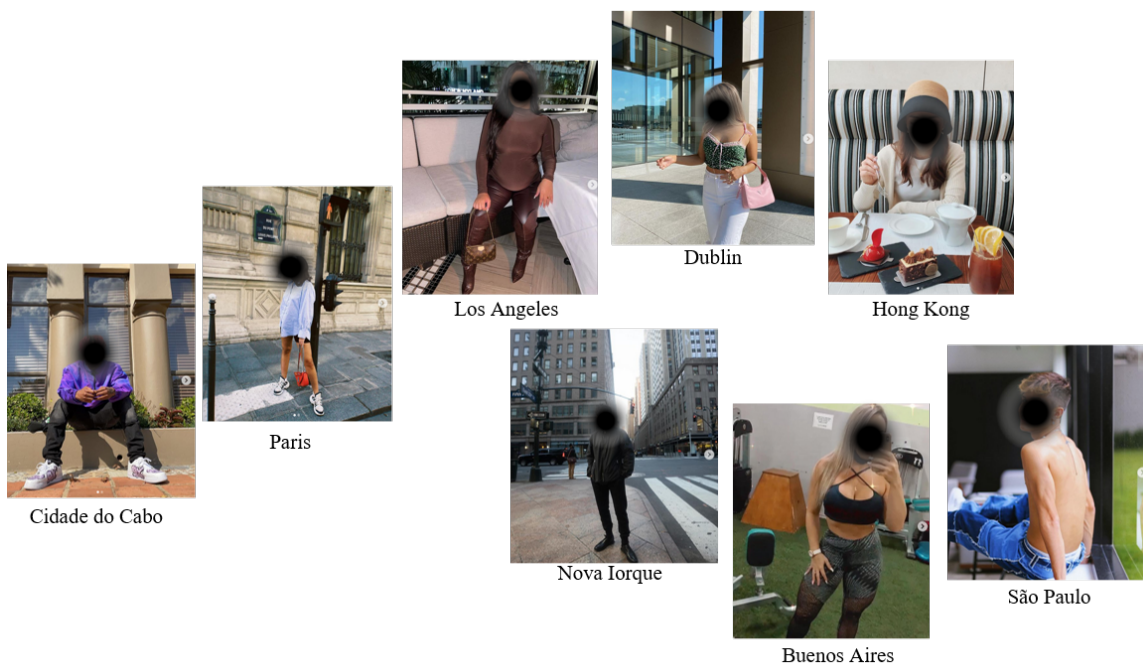


Figura 7 – Os autorretratos solitários como gênero narrativo contemporâneo.

Fonte: Montagem elaborada pelos autores a partir de busca no *Instagram* pelas localizações marcadas abaixo das fotos.

Esbarramos, em tempo, na figura do leitor, cujo papel nunca é passivo ou neutro pois as narrativas nunca são fechadas, objetivas ou instrumentais. Os significados dependem, assim, das oportunidades criativas daquela ou daquele que lê e que, a partir de suas próprias vivências, preenche os vazios do texto. Colocar-se em posição de leitor significa se apropriar, se interessar, mergulhar para sair transformado. Significa correr o risco da leitura. Piglia (2015) afirma que:

“Talvez o maior ensinamento de Borges seja a certeza de que a ficção não depende apenas de quem a constrói mas também de quem a lê. A ficção é também uma posição do intérprete. Nem tudo é ficção (Borges não é Derrida, não é Paul de Man), mas tudo pode ser lido como ficção. O borgeano (se isso existe) é a capacidade de ler tudo como ficção e de crer em seu poder. A ficção como uma teoria da leitura” (PIGLIA, 2015, p.16).

Defendemos o pesquisador como um leitor, alguém que lê e interpreta a realidade a partir da colisão entre os mundos interno e externo, entre as diferentes temporalidades do relato e da paisagem. Alguém que, ao penetrar a trama das histórias, acessa e se apropria de uma dimensão de experiência plasmada na materialidade das narrativas.

O que acontece, no entanto, com o leitor no século XXI? Assistimos hoje a um esfacelamento da autoridade discursiva de instituições como a mídia, a escola e a família tradicionais (DELEUZE, 2000; SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009). Lidamos com a ascensão de um poder, disperso e descentralizado, que se confunde com os próprios sujeitos (PELBART, 2008) e se torna possível, em boa medida, a partir das tecnologias da informação (DELEUZE, 2000). À primeira vista, nos parece natural afirmar que nunca houve tamanha capacidade coletiva de fala, de escuta e de resposta; de leitura, releitura e refiguração; de visibilização e aceitação das diferenças. Por outro lado, a partir de um amplo fenômeno de subjetivação neoliberal (GUATTARI; ROLNIK, 2010[1986]) passam a ser produzidas as formas de experimentar, narrar, ler e atribuir sentido. E se, nos termos colocados anteriormente, a experiência da leitura se torna replicável, comparável e programável, então a narrativa dá lugar à informação e o papel criativo do leitor se esfacela com a suposta objetividade do mundo.

A alternância dos sujeitos do discurso (as intrincadas passagens de narrador a leitor, de falante a ouvinte e vice-versa) também é acelerada exponencialmente no meio *online* e, com ela, se multiplicam as discursividades, os enunciados e os julgamentos, inclusive aqueles relativos à paisagem urbana. Podemos criar e avaliar localizações da cidade em redes sociais e utilizá-las para indexar postagens e significados. Podemos informar que estamos em determinados locais e acompanhar percursos — nossos e de outros — por meio de aplicativos. A quantidade de informação com a qual lidamos no dia a dia nos leva a indagar sobre a possibilidade de afetação, de transformação do leitor em tempos de redes sociais, algoritmos, *selfies* e métricas de engajamento.

Em lugar de uma multiplicidade dos sentidos da paisagem urbana assistimos a uma reprodução de valores e opiniões estabelecidos por práticas e enunciados dominantes. São modelizados os elementos da cidade concreta, as formas de estar no urbano e a atribuição de significados ao que nos passa. A cidade que experimentamos, seja com as solas dos pés, seja com os dedos indicadores, reflete essa alienação, produto de um cotidiano difícil de acompanhar. A promessa contínua de singularidade acaba por tornar a exceção em regra: o dano do idêntico na paisagem global.

VIAS DE CONTÁGIO

Em lugar de concluir as questões aqui colocadas, julgamos pertinente apresentar algumas vias de contágio, de forma a apontar para possíveis desdobramentos do presente trabalho. Propomos, assim, abrir a discussão a novas configurações e rupturas, a novos perigos e desdobramentos.

É crescente o papel das mídias digitais na articulação entre sujeito e meio. Encaramos a cidade em *feed* não como mera representação, mas como a própria cidade experimentada no dia a dia através das tecnologias. Compreendemos que o *post*, a postagem, seja uma configuração narrativa na medida em que expressa a experiência da paisagem do cotidiano. Dessa maneira, postulamos que seja uma pós-experiência, mas não uma pós-cidade. Tensionada por agenciamentos de diversas magnitudes e naturezas, a cidade postada revela diversas disputas pelos sentidos da paisagem urbana. Não apenas isso, mas os agenciamentos da sociedade em rede, próprios do momento neoliberal, funcionam para modular as formas como atribuímos sentido, narramos e construímos paisagens mundo afora. É importante ressaltar o quanto, com a ascensão dos ecossistemas digitais, se torna necessário e oportuno estudar as relações sociais por meio das tecnologias. A partir de tal cenário, salientamos a importância da discussão da ética na pesquisa em redes sociais *online*, a fim de compreender, também, as formas como devemos responder às novas demandas de ética em pesquisa oriundas do meio virtual.

Por fim, em um panorama de crise da experiência, apostamos na narrativa como uma perspectiva de resistência e resgate, de escuta, de alteridade e em prol do comum. Buscamos expor aqui aportes para fundar tal proposição, problematizando a necessidade de acompanhar, através de tal perspectiva, processos dominantes de produção massiva neoliberal. Acreditamos que abordar a cidade a partir da experiência seja um importante empreendimento, com vistas a acessar os múltiplos significados atribuídos à paisagem por quem a inventa cotidianamente.

REFERÊNCIAS

- ARFUCH, L. *La vida narrada: Memoria, subjetividad y política*. Buenos Aires: Poliedros – Zona de Crítica, 2018.
- BENJAMIN, W. *O narrador*. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- BERQUE, A. *Thinking Through Landscape*. New York : Routledge, 2013 [2008].
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CARON, D.; CARRERO, R.; HYPOLITO, B.; VAZ, D. *Visibilizar as Narrativas de Rua: a dimensão pública da paisagem de Porto Alegre em questão*. In: *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. Anais XVIII ENANPUR 2019*. Natal: EDUFRRN, 2019.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Tradução Mariana Echalar – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.
- DELEUZE, G. *Post-Scriptum Sobre as Sociedades de Controle*. Trad: Peter Pál Pelbart. In: *DELEUZE, G. Conversações*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Percepto, afecto e conceito. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. . *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 2010.
- DI FELICE, M. *Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*. São Paulo: Annablume, 2009.
- GUATELLI, I. *Arquitetura dos Entre-Lugares: sobre a importância do trabalho conceitual*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Subjetividade e História. In: GUATTARI, F.; ROLNIK, S. . *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 [1986].
- JACQUES, P. B. *Corpografias urbanas*. Arqtextos, 2008. Disponível em < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.093/165>> Último acesso em 2 de outubro de 2018.
- JACQUES, P. B. *Experiência, Apreensão e Urbanismo*. Tomo 1. Coleção Experiências Metodológicas. Salvador: Edufba, 2015.
- LARROSA, J. *Tremores: escritos sobre a experiência*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017[2014].
- MOROZOV, E. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- MUÑOZ, F. *UrBANALization: In the Global Souk of Urban images*. In: *Cidades – Comunidades e Territórios*. Lisboa, n.09, 2004. pp. 27-38.
- PELBART, P.P. *Vida e Morte em Contexto de Dominação Biopolítica*. São Paulo: IEA-USP, 2008.
- PERSEU, G.; CARON, D. *Experiência Urbana e o Instagram*. In: *Antropologias do sul : anais da XIII Reunião de Antropologia do Mercosul [recurso eletrônico] / Organizadores, Jean Segata, Ceres Gomes Victora — Dados eletrônicos. — Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS, 2019.*
- PIGLIA, R. *El último lector*. 2. ed. Barcelona: Editora Anagrama, 2015.
- RAFFESTIN, C. *Dalla Nostalgia del Territorio al Desiderio di Paesaggio*. Firenze: Alinea Editrice, 2005.
- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2017.
- RICOEUR, P. *Arquitectura y narrativa*. In: *Muntañola, Arquitectonics: Arquitectura y hermenêutica*. Barcelona: Edicions UPC, 2002. p. 9-29.
- RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Tomo 1. Tradução de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus editora, 1994 [1983].
- ROLNIK, R. Paisagens para renda, paisagens para vida. In: *Revista Indisciplinar*. v.5, n.1. Belo Horizonte: Indisciplinar/EA-UFMG, 2019.